PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO DIGITAL

ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019

VERIFICAÇÃO
ACESSE: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

EDIÇÃO 5662
RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL

Goiânia, Sexta-feira 15 de março de 2024

Gazeta do Estado

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/*

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: *verificador.iti.gov.br*

Gazeta do Estado
ICP Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2024/03/14 23:24:22

RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL

PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019
VERIFICAÇÃO
ACESSE: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

editais@gazetadoestado.com.br / comercial@gazetadoestado.com.br

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
31 de dezembro de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	4.209.610	7.568.033
Créditos a Receber de Clientes	6	6.087.578	29.056.736
Outras Créditos a Receber	7	5.859.172	4.976.334
Tributos a Recuperar/Compensar	7	14.358.399	67.173.069
Estoques	8	7.653.049	3.882.513
		38.167.808	**112.656.685**
Não Circulante			
Créditos a Receber de Clientes	9	211.063	242.872
Outras Contas a Receber	10	130.078	130.078
Depósitos Judiciais	10	45.670.859	14.025.998
Investimentos	11	247.294	247.294
Imobilizado	12	30.931.361	27.366.787
Intangível	12	14.642	333.986
		77.205.298	**42.347.015**
Total do Ativo		**115.373.106**	**155.003.700**
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	13	64.896.607	34.165.354
Obrigações Tributárias	14	1.093.951.286	854.445.372
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	14	-	14.883.442
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	17	268.897.007	246.843.625
Outras Obrigações	15	133.504.887	60.994.618
Obrigações com Subsidiárias	19	1.809.448	1.763.478
Provisão para riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	16	-	67.641.153
Provisões de férias e 13º	18	31.746.653	31.746.653
		1.594.805.888	**1.312.483.696**
Não Circulante			
Fornecedores	13	-	2.765.830
Outras Obrigações	15	13.163.832	39.491.497
Obrigações com subsidiárias	19	5.075.688	5.075.688
Obrigações Tributárias	14	-	3.399.631
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	17	20.704	1.027.100
		18.260.224	**51.759.746**
Patrimônio Líquido			
Capital Social		16.336.916	16.336.916
Reservas		2,52	2,52
Lucros/(Prejuízos) acumulados		**(-1.514.029.924)**	**(-1.225.576.659)**
		(-1.497.693.006)	**(-1.209.239.741)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**115.373.106**	**155.003.700**

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	Nota	2.022	2.021
Receitas de Serviços	20		
Receita dos Serviços Prestados		407.158.968	489.603.081
		407.158.968	**489.603.081**
Custos			
Custo dos Serviços Prestados	21	(-532.121.450)	(-392.318.891)
		(-532.121.450)	**(-392.318.891)**
Lucro Bruto		**(-124.962.482)**	**97.284.190**
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	21	(-21.104.150)	(-81.735.905)
Despesas Tributárias		(-132.461)	(-186.700)
Despesas com provisões p/ contingências	16.1	(-417.947)	(-26.932.952)
Despesas com Provisões p/ devedores duvidosos		-	-
Equivalência Patrimonial		-	-
		(-21.654.558)	**(-108.855.557)**
Lucro (prejuízo) antes do Resultado Financeiro Resultado Financeiro		**(-146.617.039)**	**(-11.571.367)**
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	23	9.336.142	2.331.654
Despesas Financeiras	23	(-74.501.683)	(-10.292.706)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	24	26.518.122	105.854
		(-38.647.419)	**(-7.855.199)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(-185.264.458)**	**(-19.426.566)**
CSLL		-	(-2.711.504)
IRPJ		-	(-7.519.954)
Lucro/Prejuízo do Exercício		**(-185.267.378)**	**(-29.658.024)**
ATRIBUÍVEL A			
Acionistas da Companhia		**(-185.267.378)**	**(-29.658.024)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCICIO POR AÇÃO - R$			
Básico		**(-11)**	**(-0,59)**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	2.022	2.021
Déficit e/ou superávit líquido do exercício	**(-185.267.378)**	**(-29.658.024)**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	**(-185.267.378)**	**(-29.658.024)**

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

		Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**16.336.916**	**1**	**1**	**1**	**(-508.998.464)**	**(-492.661.545)**
		-	-	-	-		
Lucro/(-)Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(-29.658.024)	(-29.658.024)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(-686.920.171)	(-686.920.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**16.336.916**	**1**	**1**	**1**	**(-716.578.195)**	**(-716.578.195)**
Lucro/(-)Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(-185.267.378)	(-185.267.378)
Ajustes de Exercícios Anteriores	25	-	-	-	-	(-103.185.887)	(-103.185.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**16.336.916**	**1**	**1**	**1**	**(-1.514.029.924)**	**(-1.497.693.005)**

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	2.022	2.021
Fluxos de caixa das atividades operacionais Superávit/déficit do exercício		
Superávit/déficit do exercício	**(-185.267.378)**	**(-29.658.024)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	(-103.185.887)	(-8.673.542)
Amortização e Depreciações	2.516.934	374.698
	(-285.936.331)	**(-37.956.868)**
Variações nos ativos		
Valores Recebidos de Clientes	22.969.158	(-26.015.531)
Estoques	(-3.770.536)	1.038.361
Adiantamentos a Fornecedores e Empregados	2.441.920	(-4.127.265)
Tributos a Recuperar/Recompensar	52.814.670	(-9.858.429)
Outros Créditos	(-34.937.811)	(-14.037.140)
Variações nos passivos		
Fornecedores de Bens e Serviços	30.731.253	14.811.367
Salários, obrigações sociais e tributárias	246.518.180	91.205.096
Outras Obrigações	4.869.115	22.915.856
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**35.699.618**	**37.975.447**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	(-5.604.490)	(-9.033.853)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	**(-5.604.490)**	**(-9.033.853)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(-33.453.551)	(-27.962.137)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	**(-33.453.551)**	**(-27.962.137)**
Aumento (Redução) nas disponibilidades	**(-3.358.424)**	**979.457**
Caixa no início do exercício	7.568.033	6.588.576
Caixa no final do exercício	4.209.610	7.568.033
Aumento (Redução) nas disponibilidades	**(-3.358.424)**	**979.457**

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

CONTINUA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado
ICP Brasil
Assinado Digitalmente por G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2024/03/14 23:24:22

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
31 de dezembro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de Capital Fechado e de Direito Privado. Foi constituída através da Lei Municipal nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, inscrita no CNPJ-MF nº 00.418.160/0001-55, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 23/05/1975 nº 5230000070-0, possui sede administrativa na Avenida Nazareno Roriz nº 1.122, Vila Aurora, Cep: n° 74.405-010, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tem como principal acionista e cliente a Prefeitura Municipal de Goiânia.

A COMURG tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, controlar, comandar e executar, em regime de exclusividade os serviços de arborização, limpeza urbana com a coleta e varrição do lixo e urbanização no município de Goiânia. Também compete a COMURG:

a) Administrar o Fundo de Urbanização de Goiânia, instituído pela Lei Municipal nº 4.914, de 21 de outubro de 1974, podendo, à conta desses recursos, realizar investimentos nos programas de equipamentos urbanos e de infraestrutura, estudos e projetos vinculados aos referidos programas, e bem assim aplicar seus próprios recursos nas mesmas finalidades ou em atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia;
b) incumbir-se da execução de obras e serviços públicos, quando lhes forem cometidos;
c) explorar serviços públicos de limpeza urbana, urbanismo, coleta, transporte, manejo e destinação final de resíduos sólidos, implementar Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS, nos termos da concessão outorgada pelo Poder Público Municipal, além dos contratos de prestação de serviços a serem firmados com as entidades da administração pública e entidades sem fins lucrativos de qualquer esfera de governo, especificamente para esta finalidade, podendo, para tanto, criar subsidiárias;
d) promover a conservação, manutenção e reformas de canteiros, praças, parques e áreas ajardinadas do Município de Goiânia e seus prédios, bem como a elaboração e execução de projetos, mediante contraprestação pecuniária e em atendimento à legislação e contrato de concessão correspondentes.
e) urbanizar terrenos oriundos de desapropriações realizadas pela municipalidade, desde que tenha convênio celebrado com o Município para esse fim, ou adquiridos pela própria Companhia;
f) proceder ao remanejamento de áreas urbanas deterioradas, pertencentes ao patrimônio da COMURG, negociando-as na forma legal;
g) proceder ao remanejamento de áreas deterioradas, com prévio consentimento de seus proprietários, ressarcindo-se das despesas, acrescidas de remuneração pelos serviços prestados;
h) celebrar, sempre que atendam aos interesses da COMURG e nos limites da lei, parcerias, termos de colaboração, convênios ou contratos em geral, com entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos;
i) celebrar, sempre que atendam aos interesses da COMURG, convênios ou contratos com entidades concessionárias de serviços públicos responsáveis por obras de infraestrutura, em áreas a serem utilizadas;
j) realizar permuta, alienação e arrendamento de imóveis que lhe sejam destinados nos termos da lei.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.
As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras individuais estão expressas em Reais ("R$") arredondadas para a unidade mais próxima.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
3.1 Classificação circulante *versus* não circulante
A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando (i) deverá ser realizado, ou destina-se a ser vendido ou **consumido no ciclo operacional normal**; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o período de relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.
Um passivo é classificado como circulante quando (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é detido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o período do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Instrumentos Financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.
Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.
Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.4 Contas a Receber
As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional for devida pelo cliente.

3.5 Estoques
Os estoques dos materiais destinados ao consumo, a insumos na prestação dos serviços bem como à manutenção de máquinas e equipamentos são demonstrados pelo valor da aquisição, devidamente classificados no ativo circulante. Tais valores não são demonstrados de modo a evidenciar os valores dos créditos de impostos (PIS e COFINS) em razão da metodologia de controle de estoque bem como do sistema utilizado pela Companhia para registro das informações. Para o exercício objeto das Demonstrações Contábeis a Companhia não constituiu provisão para perdas na realização de estoques.

3.6 Imobilizado
São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação.
A Depreciação é calcula pelo método linear, ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado.
Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável.
O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
Terrenos não são depreciados. Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação ao valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.
Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado em "outras despesas operacionais, líquidas".

3.7 Ativos Intangíveis
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação.
Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.
Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado em "outras despesas operacionais, líquidas".

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
O valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis devem ser revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso.
Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.
Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.
Para o presente exercício a Companhia finalizou alguns processos contendo bens classificados como inservíveis/sucatas, ou seja, sem expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, cumprindo o que estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC – 27 e Parecer Jurídico.

3.9 Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

3.10 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.
Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa. Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado pelo seu valor justo. Posteriormente, é mensurado pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com os requisitos de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido menos (quando apropriado) a amortização acumulada reconhecida de acordo com os requisitos de reconhecimento de receita. A Companhia possui contratos que preveem o pagamento de honorários advocatícios de êxito decorrentes de processos tributários, cíveis e trabalhistas dos quais figuram no polo passivo. A Companhia, com base em sua melhor estimativa, apurou e provisionou os montantes para os quais entende que existe a expectativa de desembolso futuro.

3.11 Receitas de contratos com clientes
A Receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de transferir o serviço é satisfeita.

3.12 Tributos sobre as vendas
Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto (i) quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO
4.1 Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro. A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, nem utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados e não tem pactuados contratos de derivativos para fazer "*Hedge*" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.
Não foi também pactuado qualquer tipo de contratos em moedas estrangeiras no exercício social.

4.2 Gestão de Capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3 Mensuração do valor justo
Na mensuração, o valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo no que se refere aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e demais passivos circulantes principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e Bancos	228.945	180.828
Aplicações financeiras	3.980.665	7.387.205
	4.209.610	**7.568.033**

6. CONTAS A RECEBER

CLIENTES DIVERSOS	2022	2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA	413.942	27.962.135
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	5.324	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	25.705	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	175.637	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA CRIATIVA	1.179.194	
AGENCIA MUNICIPAL DE TURISMO EVENTOS E LAZER	31.127	
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELACOES INSTITUCIONAIS	3.030.752	
FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	118.362	
SECRETARIA MUNICIPAL DOS ESPORTES	103	
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	7.224	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	1.100.207	1.094.601
	6.087.578	**29.056.736**

Os valores das Contas a Receber são provenientes da prestação de serviços com limpeza urbana, jardinagem, coleta de lixo, construção e manutenção de praças, e ainda a descarga de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário. Registra-se que está em processo de cancelamento administrativo junto a Prefeitura de Goiânia, a nota fiscal origem do crédito junto a "**Secretaria Municipal de Relações Institucionais**", devido a erros nos documentos básicos para aprovação do faturamento.
Após encerramento do processo, será feita nova emissão contra a "**Secretaria Municipal de Infra-Estrutura**", com tudo, a Companhia não realizou no exercício, estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas no que diz respeito a créditos que não se tenha expectativa de recuperação ou recebimento.

7. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Adiantamento a Fornecedores(a)(b)	187.998	341.738
Adiantamento a Empregados(c)	1.497.347	3.785.527
Tributos a Recuperar/Compensar(d)	14.358.399	67.173.069
Bloqueios Judiciais	3.029.470	6.733
Diversos Créditos a receber	1.042.500	801.893
Outros adiantamentos	101.857	40.443
	20.217.571	**72.149.403**

CONTINUA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
31 de dezembro de 2022

a) Os valores de Adiantamento a Fornecedores são créditos que a Companhia tem junto aos seus fornecedores em decorrência de situações como **pagamentos a maior por falta de observação das devidas retenções**, tarifas bancárias não descontadas conforme política interna da entidade e outros pagamentos a maior que serão restituídos ou terão suas contraprestações realizadas no exercício seguinte.

b) Durante o exercício de 2021 foram verificadas 8 (oito) operações de devolução total de algumas notas emitidas contra o CNPJ da Companhia, pelo fornecedor LUZ LED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, essa pendência foi resolvida com a reemissão das notas fiscais, regularizando o estoque e o crédito contabilizado como adiantamento a fornecedores, conforme quadro abaixo.

DEMONSTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO DA LUZ LED IND. E COM. LTDA						
FORNECEDOR	DATA DE DEV. DAS NOTAS FISCAIS	N.º DE DEV. DAS NOTAS FISCAIS	VALOR DEVOLUÇÃO	DATA DE REGULARIZAÇÃO	N.º DAS NOTAS FISCAIS	VALOR NOTAS FISCAIS
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	31/03/2021	2692	67.700,00	14/04/2022	5366	67.700,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	31/03/2021	2751	67.700,00	14/04/2022	5367	67.700,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	30/04/2021	2934	29.600,00	14/04/2022	5372	29.600,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	30/04/2021	2957	14.800,00	14/04/2022	5373	14.800,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	15/07/2021	3288	33.850,00	14/04/2022	5368	33.850,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	15/07/2021	3340	33.850,00	14/04/2022	5370	33.850,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	15/07/2021	3341	29.600,00	14/04/2022	5369	29.600,00
LUD LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	15/07/2021	3425	29.600,00	14/04/2022	5371	29.600,00
TOTAIS			**306.700,00**	**TOTAIS**		**306.700,00**

c) Os adiantamentos aos empregados referem-se as férias pagas que serão descontadas em folha de pagamento, no exercício seguinte em razão da proporcionalidade quando do gozo das férias pelos colaboradores.
d) Créditos fiscais acumulados de PIS e COFINS que decorrem basicamente de créditos sobre compras de insumos e aquisições de serviços utilizados na prestação de serviços, bem como impostos retidos na fonte (IRRF, CSLL, PIS, COFINS e INSS) e ainda saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores. Durante o execício corrente foram analisados as apurações tributárias e seus devidos registros contábeis, identificamos que os créditos a compensar não eram cosiderados, resultando nos saldos acumulados demonstrados no balancete analítico, e somente o IRRF ajustado conforme as PERDCOMP dos últimos 5 anos e o INSS ajustados conforme as GFIPs e DCTFWEBs, tiveram seus reais saldos atualizados. Em relação aos outros créditos, estamos buscando em conjunto com o Jurídico Tributário da Cia e devido aos diversos processos tributários em andamento, se devemos proceder com os ajustes ou se existe alguma aportunidade nos processos em curso.

8. ESTOQUES

	2022	2021
Combustíveis e Lubrificantes		89.302
Materiais em Geral	5.747.317	2.241.183
Materiais para Veículo	368	145.886
Materiais de Conservação e Limpeza	8.959	367.397
Bens de Pequeno Valor	483.908	396.480
Materiais Elétricos	799.326	331.034
Materiais de Escritório	189.701	251.211
Materiais para Copa	811	3.791
Bens para imobilizado	402.659	56.230
	7.653.049(a)	**3.882.513(a)**

(a) No ano de 2022 a Companhia realizou levantamento físico em seus materiais de estoque, estando os saldo dos inventários, conforme posição contábil.

9. REALIZAVEL A LONGO PRAZO

	2022	2021
Créditos a receber decorrente de pagamentos(a)		21.390
Aroeira Residuos e Serviços Ltda(b)	211.063	221.482
	211.063	**242.872**

a) Referem-se a valores de exercícios anteriores que não tiveram sua origem identificada em 2021, nesse exercício corrente, procedemos com as devidas buscas para identificar os processos que originaram os registros contábeis, porém, não foram possíveis suas validações e procedemos com os devidos ajustes por falta de documentação comprobatória.
b) Esse crédito foi renegociado pela 3º vez, a 1ª negociação ocorreu em 26/09/2018, a 2ª ocorreu em 04/02/2021 e por último, no dia 19/12/2022 foi recalculado e feita a repactuação da dívida em 60 parcelas, que estão sendo pagas mensalmente pela devedora.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Crédito BBC S/A Liquidação Extrajudicial(a)	130.078	130.078
Depósitos Recursais Trabalhistas(b)		382.225
Depósitos Recursais Cíveis(b)		897
Penhora 3% Ação Judicial(c)	45.670.859	13.642.876
Total	**45.800.937**	**14.156.076**

(a) Valores a Receber da BCC S/A Liquidação extrajudicial, que ainda não foram recebidos no exercício corrente.
(b) Depósitos recursais garantidores de execução, que tiveram seus saldos transferidos para o ativo circulante.
(c) Penhora referente a ação fiscal nº 2004.35.00.019507-0, as mesmas referem-se a cobranças de tributos federais e que tramita na Justiça Federal. Os respectivos valores foram retidos dos pamentos que a Prefeitura de Goiânia faz quitando as faturas dos serviços prestados mensalmente pela COMURG, estando essa parte depositado em conta judicial aguardando destinação nos devidos processos.

11. INVESTIMENTOS

	Participação %	2022	2021
COMDATA - Cia de Processamento de Dados do Município de Goiânia(a)	0,01	236	236
COMLUZ - Cia de Iluminação do Município de Goiânia(a)	100	247.059	247.059
		247.294	**247.059**

a) Empresas em que a COMURG detém participação e que estão em fase de liquidação. Durante o exercício de 2022 não foi reportado a Companhia quaisquer informações de resultados e demonstrações contábeis das referidas subsidiárias, referente ao exercício, para que se pudesse realizar o acompanhamento dos investimentos decorrentes de equivalência patrimonial.

12. IMOBILIZADO(a)

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILZADO						
IMÓVEIS						
Valor de Custo	**2021**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Terrenos	16.049.934,77		1.038.095,86			17.088.030,63
Fábrica de Tubos	134.837,47					134.837,47
Sede Slua	74.084,03					74.084,03
Bloco de Divisões da Slua	40.436,41					40.436,41
Obras Civis	853.861,31					853.861,31
Área Fábrica de Tubos	201.999,98				121.875,66	80.124,32
Fazenda Vau das Pombas	1.072.499,98				916.220,20	156.279,78
Aterro Sanitário	22.188,47					22.188,47
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	7.478.017,78					7.478.017,78
Software	333.985,96	15.000,00		333.985,96		15.000,00
TOTAIS	**26.261.846,16**	**15.000,00**	**1.038.095,86**	**333.985,96**	**1.038.095,86**	**25.942.860,20**
BENS MÓVEIS						
Valor de Custo	**2021**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Móveis e Utensilios (Saldo Inicial)	381.129,82		5.198,00	16.869,20	12.469,00	356.989,62
Máquinas e Equipamentos (Saldo Inicial)	4.518.012,14	374.926,55	38.362,10	734.141,65		4.197.159,14
Veículos (Saldo Inicial)	78.496,98		6.272.079,00			6.350.575,98
Bens de Terceiros (Saldo Inicial)	22.023.666,40					22.023.666,40
(-) Bens de Terceiros (Saldo Inicial)	22.023.666,40					22.023.666,40
Sistema de Comunicação	7.420,00			3.609,00		3.811,00
TOTAIS	**4.985.058,94**	**374.926,55**	**6.315.639,10**	**754.619,85**	**12.469,00**	**10.908.535,74**
DEPRECIAÇÕES						
Valor de Custo	**2021**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
(-) Depreciações de Móveis e Imóveis	249.213,81		28.004,45	29.338,60		247.879,66
(-) Depreciações de Máquinas e Equipamentos	1.849.199,80		497.322,42	456.181,18		1.890.341,04
(-) Depreciações de Veículos	78.496,98		1.254.415,80			1.332.912,78
(-) Depreciações Àrea Fábrica de Tubos	80.124,32					80.124,32
(-) Depreciações Fazenda Vau Pomba	156.279,78					156.279,78
(-) Depreciações Aterro Sanitário I	22.188,47					22.188,47
(-) Depreciações Fábrica de Tubos	134.837,47					134.837,47
(-) Depreciações Sede Slua	74.084,03					74.084,03
(-) Depreciações Bloco de Divisões da Slua	40.436,41					40.436,41
(-) Depreciações Obras Civis	853.851,31					853.851,31
(-) Depreciações de Sistema de Comunicação	7.420,00			3.609,00		3.811,00
(-) Depreciações Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	0,00		1.068.288,24			1.068.288,24
(-) Depreciações Software	0,00		358,33			358,33
TOTAIS	**3.546.132,38**	**0,00**	**2.848.389,24**	**489.128,78**	**0,00**	**5.905.392,84**
TOTAL IMOBILIZADO	**27.700.772,72**	**0,00**	**8.217.790,29**	**4.653.573,95**	**0,00**	**30.946.003,10**

(a) No decorrer do exercício de 2022, foram finalizados e baixados processos contendo bens classificados como inservíveis/sucatas, ou seja, sem há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, cumprindo o que estabelece o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – 27 e Parecer Jurídico. Procedemos também com a finalização do processo administrativo n.º 57627409/2014, referente ao recebimento de doação, oriundo do contrato 039/2014 com a empresa MT Locadora de Maquinários e Veículos Ltda, no qual estabelece que ao final de sua vigência os veículos seriam transferidos em doação para a Comurg, gerando o registro de 20 (vinte) caminhões FORD modelo cargo 1719 e 7 (sete) caminhões Hyundai modelo HD 78, conforme laudo de avaliação técnica n.º 006/2022. Em tempo, identificamos nas contas da Área Fábrica de Tubos e Fazenda Vau das Pombas o registro equivocado dos valores de terrenos, deste modo os mesmos foram devidamente transferidos para conta correta de Terrenos. Foi ajustado na conta Software, as depesas operacionas com o sistema de gestão e controle do departamento pessoal, conforme contrato, são serviços pelo uso do sistema e de licenças por usuários e não aquisição. Procedemos ainda com todos os registros dos investimento realizados pela Cia, em máquinas, equipamentos e software de gestão contábil.

13. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Passivo Circulante	**2022**	**2021**
Fornecedores de Mercadorias e Serviços (a)	64.896.607	34.165.354
Passivo Não Circulante		
Serviços de Terceiros PJ(b)	-	2.765.830
Total	**64.896.607**	**35.625.690**

(a) Referem-se a valores a pagar para fornecedores de mercadorias e Serviços com prazo de vencimento menor que 12 (doze) meses.
(b) Saldo de exercícios anteriores do fornecedor Qualix Serviços Ambientais, baixado após análises financeiras, contábeis e jurídicas que em seu Despacho de nº. 860/2022-AJU-Proc 28569981 deu parecer favorável a baixa, por prescrição quinquenal, conforme Art. 174, CTN e Art 8º do Dec 20.910/1932.

CONTINUA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
31 de dezembro de 2022

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Passivo Circulante		
Imposto de Renda a Recolher	8.287.028	8.286.974
Contribuição Social a Recolher	2.705.803	11.998.070
IRRF a recolher	8.844.547	6.854.104
PIS a Recolher(a)	3.718.207	6.854.104
COFINS a Recolher(a)	17.126.447	6.854.104
Impostos e taxas municipais	364.054	447.084
Impostos e taxas Estaduais	-	9.132
Parcelamentos Federais	-	30.341.849
Impostos em Dívida Ativa(b)	1.051.494.965	810.133.541
Contribuições Federais Retidas	1.410.236	1.258.058
Total Circulante	**1.093.951.286**	**869.328.814**
Passivo Não Circulante		
PIS a Recolher(a)	-	2.926.020
COFINS a Recolher(a)	-	-
Imposto de Renda a Recolher(b)	-	56
CSLL a Recolher(b)	-	-
Contribuições Previdenciárias(b)	-	-
IRRF a Recolher(b)	-	50.009
ISS a Recolher (c)	-	423.546
FGTS a Recolher(b)	-	-
Total Não Circulante	**-**	**3.399.631**
Total	**1.093.951.286**	**872.728.444**

(a) A companhia possui discussões judiciais no que tange a cobrança de PIS e COFINS sobre os valores faturados contra as Secretarias Municipais e órgãos ligados a Prefeitura de Goiânia. Tal questionamento diz respeito a isenção concedida aos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.

(b) Durante o ano de 2022, foram analisados e conciliados com o E-CAC/RFB, PERDCOMP, DCTFWEB, GFIP, EFD-Reinf e eSocial todos os processos constantes e processados nessas bases de dados, momento em que procedemos com ajustes, transferências, reconhecimento de débitos e contabilização das correções monetárias, esse alinhando nos permitiu corrigir as inconsistências e regularizar os saldos das (Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Previdenciárias).

(c) Após as consiliações, análises do saldo de exercícios anteriores (2005 a 2009), levantamento processual e relatório Rest, procedemos com a baixa do saldo na conta de ISS a Recolher, levando em consideração a ausência de documentação comprobatória, período prescricional e de cobrança judicial.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2022	2021
Passivo Circulante		
Adiantamentos de Clientes	21.339.087	6.840
Outras Contas a pagar	17.330	2.415
Execuções Trabalhistas	631.320	3.241.082
Execuções Processos Cíveis	7.277.379	7.598.113
Execução Trabalhista – JAE	24.133.693	26.327.665
Cauções a Devolver	90.423	-
Honorários Sucumbenciais a pagar	53.690	5.080
Acordo Judicial SEACONS a pagar	394.967	673.767
Acordos Judiciais	23.476	-
Outras Obrigações a pagar	15.664	5.480
Tarifas Bancárias a pagar	-	-
Aluguéis a pagar	164.049	336.656
Empréstimos Consignados a repassar	20.163.270	9.752.746
Depósitos Judiciais e Cauções	105.233	13.044.774
Total Passivo Circulante	**74.409.583**	**60.994.618**
Passivo Não Circulante		
Execução Trabalhista JAE	13.163.832	39.491.497
Total Passivo Não Circulante	**13.163.832**	**39.491.497**
Total	**87.573.415**	**100.486.115**

16. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
A Companhia está envolvida em algumas demandas legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários, trabalhistas, comerciais e outros.
A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, comerciais e outros, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

16.1 Contingências com risco de perda avaliado como provável

Tipo de Provisão	2022	2021
Contingências Trabalhistas	16.525.451	24.498.957
Contingências Cíveis	42.569.853	43.142.196
Total	**59.095.304**	**67.641.453**

Foram analisadas as contas contábeis relacionadas com o mesmo fato gerador (provisões), e créditos, ou seja, pagamentos feitos e que não estavam vinculados aos devidos processos (depositos recursais, bloqueios judiciais, contabilização de baixa errada em exercícios anteriores), sendo todos ajustados e regularizados no exercício, reduzindo o passivo contingencial.

16.2 Contingências com risco de perda avaliado como possível
A Companhia possui contingências cuja expectativa de perda avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIÁRIAS

	2022	2021
Passivo Circulante	**268.897.007**	**246.843.625**
Salários e outras remunerações a pagar(a)	722.569	3.968.325
Benefícios a pagar(a)	227.562	587.861
Outros valores a pagar(a)	-	3.194.369
Encargos Sociais a pagar(b)	69.682.575	27.573.161
INSS - Dívida Ativa(c)	198.264.300	211.519.909
Passivo Não Circulante	**-**	**1.027.100**
Encargos Sociais a pagar(d)	-	1.027.100
Total Obrig. Trabalhistas e Previdenciárias	**268.897.007**	**247.870.725**

(a) Foram conciliados os saldos de salários e outras remuneração a pagar de anos anteriores, identificamos erros na contabilização, provisões em duplicidade e a falta de documentação comprobatória, analisando historicamente a Cia, nunca deixou de efetuar os pagamentos dos salários e seus benefícios, com base nesses fatores e por se tratar de provisões de anos anteriores, procedemos com os lançamentos de regularização contra o Patrimônio Líquido, por se tratarem de ajustes de exercícios anteriores, ficando os saldos atuais, conforme relatórios oficiais da Folha de Pagamento.

(b) Foram analisados e conciliandos os saldos anteriores e atuais do INSS a Recolher com as Folhas de Pagamentos oficiais, GFIPs e e-Social, através desse cruzamento, foram identificados contabilizações de provisões feitas em contas erradas, em duplicidade, sem valor compensado, valor registrado a maior a menor e reclassificações entre contas, todas essas irregularidades foram, corrigidas e ajustadas, estando a composição do saldo, conforme o declarado à Previdência Social, registra-se ainda que esse débito quese que em sua totalidade, refere-se a parte Patronal. Também foram identificados as mesmas irregularidades no FGTS a Recolher, sendo da mesma forma corrigidos e ajustados, estando a composição do saldo, conforme o declarado na SEFIP, registra-se que foi homologado Acordo com o Ministério do Trabalho e Sindicado dos Empregados, onde a Cia se comprometeu a efetuar o pagamento de uma competência em atraso e concomitantemente a do mês atual, que está sendo cumprido regularmente.

(c) Os débitos confessados em GFIP – Dívida Ativa tiveram em 2022 a baixa de R$21,7 (Vinte e milhões e setecentos mil reais), referente as CDAs 32.119.145-5, 32.752.862-1 e parcial do processo 688.171.2018-401.3500. Foram efetuadas provisão da CDA 13.244.560-3 de débitos confessados em GFIP das competências de 07 a 09 de 2016 e, lançadas as atualizações dos encargos legais, conforme extrato RFB.

(d) O saldo do FGTS a Recolher foi ajustado, pois foi provisionado em duplicidade, a parcela 69/160, referente o mês 11/2012, do processo 49471149. O saldo do INSS Parcelamento 60 meses, foi transferido para o circulante.

18. PROVISÕES DE FÉRIAS E 13º
Foi solicitado ao Dpto Pessoal, que fossem feitas as parametrizações e deselvolvimento dos relatórios das Provisões de Férias e 13º, porém existe uma complexidade nos cálculos, devido aos tipos de critérios que devem ser adotados para cada tipo de contrato, os mesmos estão em fase de validação para serem homologados.

19. OBRIGAÇÕES COM SUBSIDIÁRIAS
Foram analisados os valores a pagar para subsidiárias, o saldo da Compav é de 2012 e, refere-se ao acordo e parcelamento firmado entre a Compav e Pavitergo, referente aos serviços contratados de pavimentação, constam pagas 75/109, restando ainda 34 a pagar. Em relação ao saldo da Comob, em 2021 foram pagos R$45.970,29 (Quarenta e cinco mil, novicentos e setenta reais e vinte e nove centavos), esse valor foi baixado contra passivo, e transferido em 2022 para Adto Subsidiária Comob, referente aos pagamentos do parcelamento de FGTS, ficando o saldo atual em aberto.

Subsidiárias	2022	2021
Compav	5.075.688	5.075.688
Comob	1.809.448	1.763.478
Total	**6.885.136**	**6.839.166**

20. RECEITAS

	2022	2021
Receita:		
Limpeza Urbana	445.818.828	486.378.256
Descarga Aterro Sanitário	2.841.192	3.553.525
Subtotal	**448.660.020**	**489.931.782**
Impostos Incidentes sobre Serviços	(41.501.052)	(328.701)
Subtotal	**(41.501.052)**	**(328.701)**
Receita Líquida Total	**407.158.968**	**489.603.081**

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Classificadas por função	2022	2021
Custos dos Serviços Prestados	532.119.871	392.318.891
Despesas Administrativas	21.105.727	81.735.905
Total	**553.225.598**	**474.054.796**

Classificadas por Natureza		
Custos dos serviços prestados	**532.119.871**	**392.318.891**
Insumos da prestação de Serviços	150.606.267	97.917.754
Custos com pessoal(a)	378.677.684	294.401.137
Outros	-	-
Despesas Administrativas	**21.105.727**	**81.735.905**
Despesas com Pessoal(a)	354.406	44.359.887
Despesas com Aluguel	1.042.174	923.246
Despesas gerais	19.709.147	36.078.073
Depreciação	2.835.920	374.699
Total	**553.225.598**	**474.054.796**

22. DESPESAS COM PESSOAL

	2022	2021
Salários e demais remunerações	232.205.391	209.437.426
Benefícios a empregados	54.359.318	46.133.672
Encargos, impostos e contribuições	25.243.970	23.411.786
INSS	66.869.005	59.778.141
Total	**378.677.684**	**338.761.024**

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras:		
Juros de mora	2.554.293	1.231
Descontos Financeiros Obtidos	1.018.638	1.534.207
Atualização Monetária	5.534.854	395.605
Multas e Juros de acordo com clientes	635	113.401
Outras Receitas financeiras	-	-
Rendimentos de Aplicações financeiras	227.723	287.209
Total Receitas Financeiras	**9.336.143**	**2.331.654**
Despesas Financeiras:		
Juros de mora	371.032	1.392
Tarifas Bancárias	102.120	123.582
Multas e Juros s/ tributos	2.160.462	4.840.222
IOF s/ Aplicações Financeiras	102.532	74.503
Multas e Juros S/ duplicatas	18.930	5.806
Multas referente infrações fiscais		137.775
Reequilíbrio Financeiro de Fornecedores	224.529	1.159.729
Outras Despesas Financeiras	44.644	-
Atualização Encargos Legais	71.477.683	3.949.697
Total Despesas Financeiras:	**74.501.683**	**10.292.706**
Resultado Financeiro:	**(64.165.540)**	**(7.961.053)**

CONTINUA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado ICP Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2024/03/14 23:24:22

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
31 de dezembro de 2022

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LIQUIDAS

	2022	2021
Receitas com Leilão de Lenha	24.092	75.512
Doações Recebidas	6.301.430	30.000
Outras Receitas diversas	20.192.599	341
Total	**26.518.122**	**105.854**

25. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Durante o exercício de 2022 foi realizado um trabalho massivo de conciliação dos saldos contábeis de períodos anteriores a 2021 e revisão desse mesmo ano, de modo a identificar de fato a fidedignidade dos saldos acumulados até 2021, momento em que foram identificadas provisões em duplicidade, triplicidade; compromissos financeiros que já haviam sido satisfeitos mas que não tiveram sua contabilização devidamente registrada ou registradas sem critério em contas estranhas à origem do compromisso, tendo em vista equívocos no momento de parametrização e baixa; contabilizações equivocadas de valores retidos a título de impostos incidentes sobre serviços prestados e tomados; lançamentos contábeis imputados no balanço da companhia em momentos anteriores sem qualquer comprovação ou documentação contábil que pudesse comprovar os fatos que originaram tais lançamentos conforme os itens 25 a 27 da Resolução CFC nº 1.330/2011 que "*Estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade*" e ainda valores cobrados pela União que estão em Dívida Ativa que não haviam sido reconhecidos anteriormente.
Entendendo que tais situações prejudicavam o objeto das demonstrações contábeis, qual seja, fornecer informações sobre a situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa, de modo claro e transparente para os usuários externos, a administração julgou ser necessário reconhecer os efeitos dos presentes ajustes neste exercício.
A administração entende ser de extrema importância continuar os trabalhos iniciados em 2021 e continuados em 2022 de conciliação e validação dos saldos, de modo a garantir a qualidade nas informações geradas nas Demonstrações Financeiras.
A administração também entende ser essencial a melhoria continua em seus processos, inclusive, submetendo-os à auditoria independente de modo a garantir maior verificabilidade das informações contábeis.

26. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA
O Conselho Diretor da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com o Respectivo Relatório dos Auditores Independentes.
Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações contábeis correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
Até a data da autorização para a emissão das demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com o a Companhia, que possam ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2022.

ALISSON SILVA BORES
Diretor Presidente
CPF nº 001.254.491-43

ADRIANO RENATO GOUVEIA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 316.390.418-18

PAULO HENRIQUE EDUARDO CHIQUINI
Assessoria Contábil
CRC/GO 020894/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

Aos
Acionistas, Conselheiros, e demais Administradores da
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora - Goiânia-Go. CNPJ: 00.418.160/0001-55

1) Opinião com Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelas informações trazidas no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva
2.1) Imobilizado - Teste de Recuperabilidade dos Ativos
Apesar da evolução nos controles dos itens do Imobilizado, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos não Financeiros, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2) Impostos, Encargo e Taxas retidos na fonte e não pagos
Há contabilizado como Obrigações Fiscais para COMURG, registros de retenções retidas de terceiros, impostos municipais e federais. Nos procedimentos de auditoria aplicados, constatamos que a COMURG efetuou a retenção de impostos sem o correspondente recolhimento aos cofres públicos. Constam registrados na Contabilidade valores pendentes de regularização e/ou recolhimento. Apesar de não recolher aos cofres públicos os valores, a COMURG mantém os saldos atualizados em seu Balanço, os procedimentos adicionais de auditoria não foram suficientes para concluirmos sobre os saldos dos exercícios anteriores, devido à ausência de documentação suporte. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TG's, poderiam causar no Exercício sob nosso exame.

2.3) Plano de liquidação das subsidiárias
A Comurg é detentora das subsidiárias, a Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB- e a Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia S.A. – COMPAV, em processo de liquidação. A NBC TG 900 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO preconiza que a Entidade em liquidação é a entidade que esteja em processo de liquidação, desde que a sua liquidação não seja prevista em seus documentos constitutivos. Para que a entidade esteja em processo de liquidação, deve ser observado um plano de liquidação aprovado por pessoa (s) com autoridade para tornar tal plano efetivo ou um plano imposto por terceiros, e não foi apresentado um plano de liquidação que corrobore o cumprimento da norma.

2.4) Obrigações trabalhistas e previdenciárias
Há contabilizado como Obrigações trabalhistas e previdenciárias para COMURG, registros de retenções e parte patronal. Nos procedimentos de auditoria aplicados, constatamos que a COMURG efetuou a retenção sem o correspondente recolhimento aos cofres públicos. Constam registrados na Contabilidade valores pendentes de regularização e/ou recolhimento. Apesar de não recolher aos cofres públicos os valores, a COMURG mantém os saldos atualizados em seu Balanço. Neste sentido procuramos conduzir nosso exame de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, todavia, devido ao não recolhimento dos valores, não temos capacidade de opinar sobre os saldos e das repercussões que os eventuais processos poderiam ter sobre contas patrimoniais e da sua contrapartida em contas de resultado do exercício.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMURG**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Ênfase
Continuidade operacional
Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, vem consumindo o "capital próprio" aumentando recorrentemente a cada ano os prejuízos acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um "passivo a descoberto" (patrimônio líquido negativo).

Obrigações com subsidiárias
Evidenciado na nota explicativa 19 às demonstrações contábeis: "*Foram analisados os valores a pagar para subsidiárias, o saldo da Compav é de 2012 e, refere-se ao acordo e parcelamento firmado entre a Compav e Pavitergo, referente aos serviços contratados de pavimentação, constam pagas 75/109, restando ainda 34 a pagar. Em relação ao saldo da Comob, em 2021 foram pagos R$45.970,29 (Quarenta e cinco mil, novecentos e setenta reais e vinte e nove centavos), esse valor foi baixado contra passivo, e transferido em 2022 para Adto Subsidiária Comob, referente aos pagamentos do parcelamento de FGTS, ficando o saldo atual em aberto um montante de R$ 6.885.136*"

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Os responsáveis pela governança da **COMURG** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMURG**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

6) Outros Assuntos
6.1) Relatório da Administração
A administração da **COMURG** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório foi emitido em 16 de agosto de 2022.

Goiânia/GO, 20 de novembro de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"GO
Sócio Sênior – CNAI 1592

PEREIRA:05325070 DE AQUINO

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"GO
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"GO
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022

Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG
CNPJ nº 00.418.160/0001-55 NIRE nº 523 00000700

I. Fundamentações
O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos.
O Estatuto Social estabelece no art. 25, que compete ao Conselho Fiscal elaborar a cada exercício, parecer técnico sobre o balanço do exercício anterior.

II. Considerações Iniciais
Os membros do Conselho Fiscal: Osmar Alves Santana Júnior (Presidente), Thiago Francisco Alves Santana e Juliana Ferreira da Silva, reuniram-se, extraordinariamente, para apreciar as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022, com vistas a sobre elas opinar. As demonstrações contábeis do exercício de 2022, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da auditoria independente foram disponibilizadas ao Conselho Fiscal no dia 29 de Novembro de 2023.

III. Auditoria Independente
A empresa contratada pela Comurg para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras do exercício 2022 foi a Audimec Auditores Independentes.
A Audimec Auditores Independentes apresentou o **Relatório de Auditoria Com Ressalva** das demonstrações contábeis da Comurg, evidenciando a respeito das subsidiárias em Liquidação COMOB e COMPAV.

IV. Analises Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal analisou as demonstrações contábeis da COMURG que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pela Administração vem através do presente emitir suas considerações conforme evidenciando abaixo:

Software – Durante o exercício de 2023 notou se uma morosidade na contratação de uma empresa especializada no fornecimento do sistema de software utilizado pela COMURG, onde acarretou no atraso dos envios das Prestações de Contas do exercício de 2022, ocasionando assim multa ao Gestor devido ao não envio dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas dos Municípios – TCM – GO.

CONTINUA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
31 de dezembro de 2022

Dívida Trabalhista e Previdenciária – Foi verificado nas Demonstração Contábeis valores em abertos quanto a retenção e parte patronal, sendo assim orientamos maior pontualidade dos repasses/recolhimento e pagamentos das referidas consignações, evitando assim transtornos com os órgãos de Controle e Trabalhistas.

Ajustes Contábeis Exercícios Anteriores - Notou se um montante considerável sendo ajustados no exercício de 2022, sendo referente ao exercício anterior (2021), entendemos que a Administração preza pela transparência e fidedignidade das Demonstrações Contábeis, sendo assim para melhoria continua, e contabilização dos registros e processos da companhia, é de extrema importância criar mecanismos de controle para que todas as evidenciações sejam realizadas dentro do próprio exercício de referencia evitando assim questionamentos dos órgãos de controle.

Vale destacar a respeito da evolução do departamento contábil da companhia a respeito do registro das informações contábeis, cumprimento das obrigações legais e tempestividade nos prazos de entrega das obrigações assessorias. O Conselho Fiscal ressalta a importância dos controles internos visando a sua eficiência operacional e consequentemente, a melhoria contínua da sua performance financeira e administrativa.

Alertamos para a importância do cumprimento das ações afim de mitigar as possíveis irregularidades apontadas pela Comissão Especial de Inquérito (CEI), no sentido de se evitar novas ocorrências e seus impactos negativos a companhia.

V. Conclusão
Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal da Comurg, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os dados contidos nas Demonstrações Contábeis, Relatório Anual e no Relatório da Auditoria Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e embasados no relatório dos auditores independentes vem através do presente instrumento, emitir o parecer favorável à APROVAÇÃO das demonstrações contábeis, considerando que estas retratam adequadamente a Movimentação Financeira e a Posição Patrimonial da COMURG e suas subsidiarias COMOB e COMPAV.

Goiânia, 22 de Dezembro de 2023.

Osmar Alves Santana Júnior
Presidente do Conselho

Thiago Francisco Alves Santana
Membro Efetivo do Conselho

Juliana Ferreira da Silva
Membro Efetivo do Conselho

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA– COMOB - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ-MF 02.756.203/0001-38

BALANÇO PATRIMONIAL
Levantado em 31 de Dezembro de 2022 - (Em R$)

ATIVO	2023	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	-	-	-
Disponível	-	-	-
Créditos	-	-	-
Clietes	-	-	-
Adiantamento à Terceiros	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**276.953,76**	**199.873,20**	**276.953,76**
Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Clientes	-	-	-
Imobilizado	**276.953,76**	**199.873,20**	**199.873,20**
Bens Moveis	715.763,66	715.763,66	715.763,66
Bens Imoveis	283.602,38	283.602,38	283.602,38
(-) Depreciação Acumulada	**(722.412,28)**	**(799.492,84)**	**(722.412,28)**
Intangível	-	-	-
Softwares	-	30.326,23	30.326,23
Marcas Direitos e Patentes Industriais	-	20.903,05	20.903,05
(-) Amortização Acumulada	-	**(51.229,28)**	**(51.229,28)**
TOTAL DO ATIVO	**276.953,76**	**199.873,20**	**276.953,76**

PASSIVO	2023	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	-	-	-
Fornecedores	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**2.032.136,19**	**2.032.136,19**	**2.032.136,19**
Obrigações Sociais	-	-	-
Obrigações Fiscais	2.032.136,19	2.032.136,19	2.032.136,19
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Adiantamentos de Terceiros - COMURG		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(1.755.182,43)**	**(1.832.262,99)**	**(1.805.768,27)**
Capital Social	42.468.450,57	42.468.450,57	42.468.450,57
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.861.269,60	5.861.269,60	5.810.683,76
Ajuste de Exercícios Anteriores	(5.843.514,10)	(5.920.594,66)	
Resultados Acumulados	(44.241.388,50)	(44.241.388,50)	(44.164.307,94)
TOTAL DO PASSIVO	**276.953,76**	**199.873,20**	**276.953,76**

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM R$)

OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	2022	2021	2020
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-
(-) Despesas Administrativas	-	-	-
(-) Despesas Tributárias	-	-	-
(-) Despesas / Receitas Financeiras	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-
Resultado Por Ações	-	-	-

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM R$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	2020
Resultado do Exercício	-	-	-
VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	-	-	-
Aumento/Redução de Contas a Pagar e Provisões	-	-	-
Caixa Líquido de Atividades Operacionais	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	-	-	-
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-	-
NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	-	-	-

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM R$ 1,00)

FONTES DE ALTERAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.468.450,58			(45.518.187,64)	(3.049.737,06)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.468.450,58	5.810.683,76		(44.164.307,94)	(1.805.768,27)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	42.468.450,58	5.861.269,60		(44.241.388,50)	(1.832.262,99)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	42.468.450,57	5.861.269,60		(44.241.388,50)	(1.755.182,43)
Resultados do Exercicio					
Ajuste Patrimonial				(5.843.514,10)	

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 CONTEXTO OPERACIONAL
A COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICIPIO DE GOIÂNIA – COMOB, CNPJ nº 02.756.203/0001-38, em liquidação, subsidiaria integral da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG CNPJ nº 00.418.160/0001-55, com sede em Goiânia – Go. Localizado na Av. Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora. Tem como objeto a execução de Obras Públicas e serviços de interesse social relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras E Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação comercial, fiscal, tributária, as Leis 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/76, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela comissão de Valores Mobiliários - CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras são com base no custo histórico. A COMOB é uma sociedade de economia mista de capital fechado, e de conformidade com a legislação vigente não foi elaborada a Demonstração do valor Adicionado do Exercício. A Moeda funcional utilizada pela Cia é o Real (R$).

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.
Por falta de Certificado Digital não conseguimos enviar as obrigações Acessórias em tempo hábil, bem como verificar pendencias junto a RFB. A COMURG foi notificada via ofício, para atender as solicitações da JUCEG e assim proceder com as regularizações para que sejam feitas as alterações junto a mesma.

3.1 EQUIVALENTES DE CAIXA
A Companhia não efetuou nenhuma movimentação de caixa e Bancos, os pagamentos de parcelamentos e Folha de pagamento foram todos efetuados pela COMURG.

3.2 IMOBILIZADO
O imobilizado compreende os bens moveis e imóveis da Companhia, que se encontrem sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens, foram feitos levantamentos junto aos Cartórios da região identificando os imóveis que estão sob a responsabilidade da companhia no qual foi realizado notificação extrajudicial para a mesma, No intuito de verificação dos bens e discriminação dos mesmo, sob sua guarda e registrados na contabilidade da COMOB. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação que foi realizada neste ano, sendo identificado que o sistema estava realizando tais depreciações erroneamente e as perdas por recuperabilidade, quando necessário, foi o ajuste referente a depreciação tendo em vista que os imóveis não sofreram bem feitorias.

3.3 AVALIAÇÃO DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS (IMPAIRMENT)
Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A companhia não possui ativos com vida útil indefinida, e não avaliou seus bens do Ativo Imobilizado e Intangível conforme estabelece a legislação vigente, portanto não há indicativo de perda por impairment.

3.4 OBRIGAÇÕES FISCAIS
Existem registrados no balanço Obrigações Fiscais a serem quitadas, contraídas na época que estava ativa, com um saldo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 2.032.136,19 (Dois Milhões e Trinta e Dois e Cento e Trinta e Seis Reais e Dezenove Centavos).

3.5 DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.6 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL
Correspondem a pagamentos efetuados pela Controladora COMURG, que são parcelamentos efetuados pelo liquidante juntos a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal, em 31 de dezembro de 2022 o saldo acumulado e de R$ 5.861.269,60 (Cinco Milhões e Oitocentos e Sessenta e Um e Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta Centavos).

3.7 ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não tinha Ativos e Passivos Financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado, conforme descritos:

Ativos e Passivos Financeiros	2022	2021
Clientes	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00
Obrigações Fiscais	2.032.136,19	2.032.136,19

CONTINUA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA– COMOB - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ-MF 02.756.203/0001-38

3.8 RECEITA OPERACIONAL
A Companhia está em fase operacional de Liquidação, portanto, não possui nenhuma receita própria. Todos os pagamentos de obrigações foram efetuados via COMURG

4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 CAPITAL AUTORIZADO
O Capital Social da Companhia integralizado de R$ 42.468.450,58 (Quarenta e Dois Milhões e Quatrocentos e Sessenta e Oito Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Oito Centavos) é representado por R$ 42.468.450 ações ordinárias, de R$ 1,00 (Um Real) cada.

4.2 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL
Correspondem a pagamentos efetuados pela Controladora COMURG, que são parcelamentos efetuados pelo liquidante juntos a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal, em 31 de dezembro de 2022 o saldo acumulado é de R$ 5.861.269,60 (Cinco Milhões Oitocentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta Centavos).

4.3 AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR
Conforme CPC 23, ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos, dessa forma, 31 de dezembro de 2022 foi realizado corrigido ajustes de despesas realizadas em anos anteriores de depreciações, no valor total de R$ 77.080,56 (Setenta e Sete Mil e Oitenta Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

4.4 RESULTADOS ACUMULADOS
O Resultado Acumulado em 31 de dezembro de 2022 apresenta o valor acumulado de R$ - 44.241.388,50 (Quarenta e Quatro Milhões Duzentos e Quarenta e Um Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos), que correspondem ao saldo da conta de Prejuízos Acumulados deste exercício.

Goiânia-Go, 31 de dezembro de 2022.

ANA CAROLINA NUNES DE SOUZA ALMEIDA
LIQUIDANTE

VALÉRIA SOARES DE ALMEIDA MOURA
COORDENADOR DE CONTROLE CONTÁBIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

Aos
Acionistas, Conselheiros, Liquidante e demais Administradores da
COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA– COMOB - EM LIQUIDAÇÃO
Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora - Goiânia-Go. CNPJ: 00.418.160/0001-55

1) Opinião com Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB – EM LIQUIDAÇÃO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelas informações trazidas no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB – EM LIQUIDAÇÃO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva
2.1) Imobilizado
Com relação ao Imobilizado, que compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, verificamos que os mesmos se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens. A COMOB notificou extrajudicialmente a Secretaria, no intuito de verificação e discriminação dos bens sob sua guarda, porém registrados na contabilidade da COMOB, e até a presente data não obteve êxito. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2) Teste de Recuperabilidade dos Ativos
Conforme Nota Explicativa n° 3. a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos não Financeiros, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.3) Obrigações Fiscais
Conforme Nota Explicativa n° 3.4, a COMOB registra na rubrica Obrigações Fiscais a serem quitadas, contraídas na época que estava ativa, com um saldo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 2.032.136,19 (Dois Milhões e Trinta e Dois e Cento e Trinta e Seis Reais e Dezenove Centavos). Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores que compõem o saldo possuam expectativas para pagamento.

2.4) Plano de liquidação das subsidiárias
A NBC TG 900 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO preconiza que a Entidade em liquidação é a entidade que esteja em processo de liquidação, desde que a sua liquidação não seja prevista em seus documentos constitutivos. Para que a entidade esteja em processo de liquidação, deve ser observado um plano de liquidação aprovado por pessoa (s) com autoridade para tornar tal plano efetivo ou um plano imposto por terceiros, e não foi apresentado um plano de liquidação que corrobore o cumprimento da norma.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMOB – EM LIQUIDAÇÃO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Ênfase
Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a descontinuidade das atividades da Companhia. Por intermédio da Lei Complementar n°183 de 19 de dezembro de 2008, a deliberação do Poder Legislativo sobre a dissolução e a liquidação da Companhia. A COMURG providenciará a liquidação das suas subsidiárias, na forma da legislação especial em vigor, devendo a sua Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal para o período de liquidação.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da empresa por intermédio da Lei Complementar n°183 de 19 de dezembro de 2008, publicou sobre a dissolução e a liquidação da Companhia.

Os responsáveis pela governança da **COMOB – EM LIQUIDAÇÃO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMOB – EM LIQUIDAÇÃO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- A administração da Companhia publicou, por intermédio da Lei Complementar n°183 de 19 de dezembro de 2008, a dissolução e a liquidação da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6) Outros Assuntos
6.1) Relatório da Administração
A administração da **COMOB – EM LIQUIDAÇÃO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar, conforme IN n° 008/15 do TCM/GO, a Companhia está dispensada da apresentação.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 16 de agosto de 2022.

Goiânia/GO, 20 de novembro de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"GO
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"GO
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"GO
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022

Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG
CNPJ nº 00.418.160/0001-55 NIRE nº 523 00000700

I. Fundamentações
O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos.
O Estatuto Social estabelece no art. 25, que compete ao Conselho Fiscal elaborar a cada exercício, parecer técnico sobre o balanço do exercício anterior.

II. Considerações Iniciais
Os membros do Conselho Fiscal: Osmar Alves Santana Júnior (Presidente), Thiago Francisco Alves Santana e Juliana Ferreira da Silva, reuniram-se, extraordinariamente, para apreciar as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022, com vistas a sobre elas opinar. As demonstrações contábeis do exercício de 2022, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da auditoria independente foram disponibilizadas ao Conselho Fiscal no dia 02 de fevereiro de 2024.

III. Auditoria Independente
A empresa contratada pela Comurg para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras do exercício 2022 foi a Audimec Auditores Independentes.
A Audimec Auditores Independentes apresentou três relatórios de auditoria, sendo um para a Comurg e o demais para suas subsidiárias conforme listados abaixo:

- **COMOB - COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – EM LIQUIDAÇÃO;**

O parecer entregue referente as demonstrações da COMOB, subsidiaria em liquidação, relata que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da auditada, em 31 de dezembro de 2021 e traz algumas "ressalvas" com relação ao imobilizado, obrigações fiscais e plano de liquidação.

IV. Conclusão
Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal da Comurg, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os dados contidos nas Demonstrações Contábeis, Relatório Anual e no Relatório da Auditoria Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e embasados no relatório dos auditores independentes vem através do presente instrumento, emitir o parecer favorável à APROVAÇÃO das demonstrações contábeis, considerando que estas retratam adequadamente a Movimentação Financeira e a Posição Patrimonial da subsidiaria COMOB.

Goiânia, 15 de fevereiro de 2024.

Osmar Alves Santana Júnior
Presidente do Conselho

Thiago Francisco Alves Santana
Membro Efetivo do Conselho

Juliana Ferreira da Silva
Membro Efetivo do Conselho

CONTINUA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. – COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ-MF 02.756.435/0001-96

BALANÇO PATRIMONIAL
Levantado em 31 de Dezembro de 2022 - (Em R$)

ATIVO	2022	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		**1.300,00**	**1.300,00**
Disponível		-	-
Créditos		-	-
Clietes		-	-
Estoques	0	1.300,00	1.300,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**12.800.298,40**	**12.800.298,40**	**13.016.776,40**
Realizável a Longo Prazo		-	-
Clientes		-	-
Investimentos	**34.635,49**	**34.635,49**	**34.635,49**
Participações em Empresas	34.635,49	34.635,49	34.635,49
Imobilizado	**12.765.662,91**	**12.765.662,91**	**12.982.140,91**
Bens Moveis	1.516.561,96	1.516.561,96	1.516.561,96
Bens Imoveis	13.845.529,13	13.845.529,13	13.845.529,13
(-) Depreciação Acumulada	**(2.596.428,18)**	**(2.596.428,18)**	**(2.379.950,18)**
Intangível		-	-
Softwares	13.119,04	13.119,04	13.119,04
Marcas e Patentes	80.448,89	80.448,89	80.448,89
(-) Amortização Acumulada	**(93.567,93)**	**(93.567,93)**	**(93.567,93)**
TOTAL DO ATIVO	**12800298,40**	**12.801.598,40**	**13.018.076,40**

PASSIVO	2022	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	**85.626,46**	**85.626,46**	**85.626,46**
Fornecedores	-	-	-
Obrigações Fiscais	85.626,46	85.626,46	85.626,46
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**14.845.030,98**	**14.845.030,98**	**14.845.030,98**
Empréstimos e Financiamentos	8.577.301,59	8.577.301,59	8.577.301,59
Obrigações Fiscais	6.267.729,39	6.267.729,39	6.267.729,39
Adiantamentos de Terceiros	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(2.120.359,04)**	**(2.129.059,04)**	**(1.912.581,04)**
Capital Social	41.104.000,00	41.104.000,00	41.104.000,00
Adiantamento de Aumento de Capital	34.759.699,97	34.759.699,97	34.759.699,97
Reservas de Lucros	816,03	816,03	816,03
Ajuste de Exercícios Anteriores	(7.035.567,08)	(7.034.267,08)	(7.034.267,08)
Resultados Acumulados	(70.959.307,96)	(70.959.307,96)	(70.742.829,96)
TOTAL DO PASSIVO	**12.800.298,40**	**12.801.598,40**	**13.018.076,40**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM R$)

OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	2022	2021	2020
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-
(-) Despesas Administrativas	-	-	-
(-) Despesas Tributárias	-	-	-
(-) Despesas / Receitas Financeiras	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-
Resultado Por Ações	-	-	-

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM R$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	2020
Resultado do Exercício	-	-	-
Por Ajuste	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	**-**	**-**	**-**
Aumento / Redução de Contas a Receber	-	-	-
Aumento / Redução de Contas a Pagar e Provisões	-	-	-
Caixa Líquido de Atividades Operacionais	**-**	**-**	**-**
AUMENTO / REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	-	-	-
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-	-
NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	-	-	-

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM R$ 1,00)

FONTES DE ALTERAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2018	41.104.000,00		816,03	(70.739.606.61)	(29.634.790,58)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.104.000,00		816,03	(70.246.737,85)	(29.141.921,82)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.104.000,00	34.759.699,97	816,03	(70.742.829,96)	(1.912.581,04)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.104.000,00	34.759.699,97	816,03	(70.959.307,96)	(2.129.059,04)
Ajuste Patrimonial				(7.034.267,08)	
Resultado do Exercício				(1.300,00)	(1.300,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**41.104.000,00**	**34.759.699,97**	**816,03**	**(77.994.875,04)**	**(2.130.359,04)**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto operacional
A Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia – COMPAV CNPJ nº 02.756.435/0001-96 em liquidação, subsidiária integral da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG CNPJ nº 00.418.160/0001-55 com sede em Goiânia-Go., na Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora. Tem como objeto a prestação de serviços de Pavimentação urbana e limpeza de bueiros em forma de concessão e de realizar investimentos dos programas de equipamento urbano e de infraestrutura, estudos e projetos vinculados aos referidos programas e bem assim aplicar seus próprios recursos nas mesmas finalidades ou em atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis
2.1. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação Comercial, Fiscal, Tributária, as Leis 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CMV) através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação
Os valores apresentados nas demonstrações financeiras são de capital fechado, e de conformidade com a legislação vigente, não foi elaborado a Demonstração de Valor Adicionado do Exercício. A Moeda funcional utilizada pela Cia é o Real (R$). A Administração da Cia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão.

3. Principais práticas contábeis adotadas
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2022
Caixa	-
Banco conta movimento	-
	-

A Companhia não efetuou nenhuma movimentação de Caixa e Bancos, sendo que as eventuais despesas ocorridas pela liquidação são efetuadas pela COMURG.

3.2 Estoques

	2022
Estoque	-
	-

Os estoques registrados na contabilidade, em 31 de dezembro de 2021 que era de R$ 1.300,00, foi baixado em 31/12/2022 com objetivo de refletir a realidade, diante do fato de não haver itens em estoque.

3.3 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12.765.622,91	-	12.765.622,91
Móveis e utensílios	207.825,04	(207.825,04)	-
Máq. e equipamentos	1.203.658,49	(1.203.658,49)	-
Veículos	105.078,43	(105.078,43)	-
Instalações	7.595,63	(7.595,63)	-
Biblioteca	1.931,28	(1.931,28)	-
Obras Civis	853.861,31	(853.861,31)	-
	15.145.574,09	**(2.379.950,18)**	**12.765.622,91**

O Imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, que se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Infraestrutura, os bens passiveis de depreciação foram totalmente depreciados, restando somente os valores escriturados na conta de terrenos.
Apesar da comissão de inventario da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG ter realizado o levantamento dos bens móveis existentes, tal relatório não consta os valores por unidade e, portanto, não possui eficácia para realização do devido ajuste na escrituração contábil do exercício.
A esse respeito, cabe informar que foi realizada solicitação de contratação de empresa especializada para realização de avaliação dos bens da Companhia, com emissão de laudo técnico para que seja efetuado os devidos ajustes nas contas patrimoniais.
Acerca dos imóveis, estão sendo realizadas diligências juntos aos cartórios para levantamento de todos os imóveis pertencente a companhia.

3.4 Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Sistema de Comunicação	69.373,08	(69.373,08)	-
Direito de Uso Telefone	11.075,81	(11.075,81)	-
Sist. De Proces. Dados	13.119,04	(13.119,04)	-
	93.567,93	**(93.567,93)**	**-**

3.5 Avaliação do Valor de Recuperação dos Ativos não Financeiros (Impairment)
Imobilizado, Intangível, e outros Ativos Não Circulantes com vida útil definida, são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidencias que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avalição dos bens do ativo imobilizado e intangível serão evidenciadas após a realização da avaliação descrita no item 3.3.

3.6 Empréstimos e Financiamentos

	2022
Empréstimo Banco do Brasil	223.302,38
Tesouro Nacional	8.353.999,21
	8.577.301,59

Os Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Os Empréstimos e Financiamentos são classificados no Passivo Não Circulante, a não ser que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação da Cia pelo prazo de até 12 meses após a data do balanço.

3.7 Obrigações Fiscais

	2022
PGFN Parcelamento 120 Meses	6.092.573,91
INSS Parcelamento 130 Meses	175.155,48
	6.267.729,39

As obrigações fiscais a serem quitadas foram contraídas na época que estava ativa.

Não foi possível o detalhamento da composição deste saldo, devido ao fato de não possuir histórico destes parcelamentos nos arquivos da Companhia, bem como não possuir certificação digital perante a Receita Federal para realização de consulta fiscais junto a órgão.
A certificação digital está pendente de regularização das atas de nomeação do liquidante perante à Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, que foi realizando em nome da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG e o exigido pelo órgão é que as atas estejam em nome da própria COMPAV.

CONTINUA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado
ICP Brasil
Assinado Digitalmente por G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2024/03/14 23:24:22

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. – COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ-MF 02.756.435/0001-96

A Retificação das atas estão em andamento e serão levados a registro na Junta Comercial, e logo após será possível a emissão do certificado digital para o detalhamento de todas a situação fiscal da companhia.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social
Não houve provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31/12/2022, pois a companhia apurou prejuízo no exercício social.

3.9 Demais Ativos e Passivo Circulante e Não Circulante
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.10 Ativos Financeiros / Passivos Financeiros
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não tinha Ativos Financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros da Companhia incluídos na categoria de saldos a receber de créditos correspondente a saldos de Clientes e Passivos Financeiros compreendem saldos das Contas a Pagar, Fornecedores, Obrigações Fiscais, empréstimos e financiamentos, Parcelamento Tributário, Prefeitura Municipal de Goiânia, Acordos Judiciais, Companhia de Urbanização de Goiânia, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamento fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Alguns desses Ativos e Passivos Financeiros registrados na contabilidade, foram efetuados baixas contábeis, devido a um levantamento contábil dos ativos e passivos registrados desde 2014 e sem movimentação até a data do encerramento de 2022, conforme descritos:

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	2022
Clientes	0,00
Estoque	0,00
Fornecedores	0,00
Obrigações Tributárias	R$ 6.267.729,39
Empréstimos e Financiamentos	R$ 8.577.301,59

3.11 Receita Operacional
A Companhia está em fase operacional de Liquidação, portanto, não possui nenhuma receita própria.

3.12 Despesa Operacional
A Companhia está em fase operacional de Liquidação, portanto, as despesas decorrentes de liquidação, são reconhecidas e pagas pela Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, conforme Lei Complementar Nº 183 de 19 de dezembro de 2008.

3.13 Investimentos

	2022
ADE Conserv Créd. Eletrobras	34.635,49
	34.635,49

A Companhia possui participação na Empresa ADE Conserv Créd. Eletrobrás.

4 Patrimônio Líquido
4.1 Capital Social e as Reservas de Capital

	2022
Capital Social	41.104.000,00
	41.104.000,00

O Capital Social da Companhia integralizado é representado por 41.104.000 ações ordinárias, de R$ 1,00 (Um Real) cada. As Reservas de Capital não foram alteradas e apresentam um saldo em 31 de dezembro de 2022 de R$ 816,03(Oitocentos e dezesseis reais e três centavos).

4.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	2022
AFAC – Adiant. Para Futuro Aumento de Capital	34.759.699,97
	34.759.699,97

Correspondem a pagamentos efetuados pela Controladora COMURG, conforme determina a Lei Complementar Nº 183 de 19 de dezembro de 2008, que são parcelamentos efetuados pelo liquidante junto a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal.

4.3 Resultados Acumulados

	2022
(-) Prejuízos Acumulados	70.959.307,96
	70.959.307,96

O Resultado Acumulado em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao saldo acumulado no decorrer dos exercícios.

PABLO HENRIQUE SILVA REZENDE
Liquidante

DIOGO WENCESLAU FERNANDES
Contador
CRC/GO: 025087/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

Aos
Acionistas, Conselheiros, Liquidante e demais Administradores da
COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO
Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora - Goiânia-Go. CNPJ: 02.756.435/0001-96

1) Opinião com Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia - COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelas informações trazidas no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia - COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva
2.1) Imobilizado
Com relação ao Imobilizado, que compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, verificamos que os mesmos se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens. A COMPAV notificou extrajudicialmente a Secretaria, no intuito de verificação e discriminação dos bens sob sua guarda, porém registrados na contabilidade da COMPAV, e até a presente data não obteve êxito. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2) Teste de Recuperabilidade dos Ativos
Conforme Nota Explicativa n° 3.5 a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos não Financeiros, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.3) Empréstimos e Financiamentos
Conforme Nota Explicativa n° 3.6, a COMPAV registra na rubrica Empréstimos e Financiamentos e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Os Empréstimos e Financiamentos são classificados no Passivo Não Circulante, a não ser que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação da Cia pelo prazo de até 12 meses após a data do balanço. Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores que compõem o saldo possuam expectativas para pagamento.

2.4) Plano de liquidação das subsidiárias
A NBC TG 900 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO preconiza que a Entidade em liquidação é a entidade que esteja em processo de liquidação, desde que a sua liquidação não seja prevista em seus documentos constitutivos. Para que a entidade esteja em processo de liquidação, deve ser observado um plano de liquidação aprovado por pessoa (s) com autoridade para tornar tal plano efetivo ou um plano imposto por terceiros, e não foi apresentado um plano de liquidação que corrobore o cumprimento da norma.

2.5) Obrigações Fiscais
Conforme nota explicativa nº 3.7, há registrado como Obrigações Fiscais o saldo de R$ 6.267.729,39. Nos procedimentos de auditoria aplicados não obtivemos evidências suficientes para concluirmos sobre os saldos, devido à ausência de documentação suporte. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados na NBC TG´s, poderiam causar no Exercício sob nosso exame e no exercício anterior.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Ênfase
Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a descontinuidade das atividades da Companhia. Por intermédio da Lei Complementar n°183 de 19 de dezembro de 2008, a deliberação do Poder Legislativo sobre a dissolução e a liquidação da Companhia. A COMURG providenciará a liquidação das suas subsidiárias, na forma da legislação especial em vigor, devendo a sua Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal para o período de liquidação.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da empresa por intermédio da Lei Complementar n°183 de 19 de dezembro de 2008, publicou sobre a dissolução e a liquidação da Companhia.
Os responsáveis pela governança da **COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- A administração da Companhia publicou, por intermédio da Lei Complementar n°183 de 19 de dezembro de 2008, a dissolução e a liquidação da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6) Outros Assuntos
6.1) Relatório da Administração
A administração da **COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar, conforme IN n° 008/15 do TCM/GO, a Companhia está dispensada da apresentação.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 16 de agosto de 2022.

Goiânia/GO, 20 de novembro de 2023
AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"GO
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"GO
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"GO
CNAI 4850

CONTINUA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/*

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: *verificador.iti.gov.br*

Gazeta do Estado
ICP Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2024/03/14 23:24:22

PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. – COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ-MF 02.756.435/0001-96

PARECER DO CONSELHO FISCAL
REFERENTE À ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022

Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG
CNPJ nº 00.418.160/0001-55 NIRE nº 523 00000700

I. Fundamentações
O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos.
O Estatuto Social estabelece no art. 25, que compete ao Conselho Fiscal elaborar a cada exercício, parecer técnico sobre o balanço do exercício anterior.

II. Considerações Iniciais
Os membros do Conselho Fiscal: Osmar Alves Santana Júnior (Presidente), Thiago Francisco Alves Santana e Juliana Ferreira da Silva, reuniram-se, extraordinariamente, para apreciar as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022, com vistas a sobre elas opinar. As demonstrações contábeis do exercício de 2022, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da auditoria independente foram disponibilizadas ao Conselho Fiscal no dia 02 de fevereiro de 2024.

III. Auditoria Independente
A empresa contratada pela Comurg para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras do exercício 2022 foi a Audimec Auditores Independentes.
A Audimec Auditores Independentes apresentou três relatórios de auditoria, sendo um para a Comurg e o demais para suas subsidiárias conforme listados abaixo:

• **COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICIPIO DE GOIÂNIA S.A. – COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO**
O parecer referente as demonstrações da COMPAV, subsidiaria em liquidação, também conclui que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da auditada, em 31 de dezembro de 2022 e traz algumas “ressalvas” com relação ao imobilizado, obrigações fiscais e plano de liquidação.

IV. Conclusão
Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal da Comurg, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os dados contidos nas Demonstrações Contábeis, Relatório Anual e no Relatório da Auditoria Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e embasados no relatório dos auditores independentes vem através deste emitir o parecer favorável à APROVAÇÃO das demonstrações contábeis, considerando que estas retratam adequadamente a Movimentação Financeira e a Posição Patrimonial da subsidiaria COMPAV.

Goiânia, 15 de fevereiro de 2024.

Osmar Alves Santana Júnior
Presidente do Conselho

Thiago Francisco Alves Santana
Membro Efetivo do Conselho

Juliana Ferreira da Silva
Membro Efetivo do Conselho

FIM

ATENÇÃO GESTOR
LEI Nº 14.230/2021
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

Gazeta do Estado
abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL